

REFORMAR A FLORESTA: ASSUMIR AS RESPONSABILIDADES PÚBLICAS, APRENDER COM OS ERROS E PREVENIR A TRAGÉDIA DOS INCÊNDIOS

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL 1/7/2017



Este ano é já o pior ano de incêndios em Portugal.

A tragédia de Pedrógão Grande é demasiado pesada para que tudo fique na mesma. 2017 junta-se aos anos dos mega incêndios de 2003 e 2005, em que foram destruídos, respectivamente, 425 mil e 339 mil hectares. Depois desses anos, passou uma década, perdida, em que não se avançou nada.

Com as alterações climáticas, o risco de incêndio é crescente. Com o aumento da temperatura, dos fenómenos climáticos extremos e de períodos de seca mais intensa, a probabilidade de incêndios florestais violentos é cada vez maior. Somos claros: tendo em conta as condições do país, teremos sempre fogos. Mas os mega incêndios não são uma fatalidade, são resultado de escolhas políticas e económicas.

Os incêndios são uma marca do interioricídio. O despovoamento do interior, com encerramento de serviços públicos, ausência de respostas de mobilidade, envelhecimento, desemprego, empobrecimento e abandono rural, permitiu uma área florestal e de matos que ocupa mais de metade do território nacional.

Os incêndios crescem na ausência de ordenamento do território. Em Portugal, cada proprietário florestal tem em média mais de sete parcelas que, no seu conjunto, não somam um hectare e o Estado detém menos de 3% da área de floresta, quando a média europeia é de 58% de propriedade pública.

Os incêndios alimentam-se da lógica produtivista da floresta. A aposta em espécies de crescimento rápido, substituindo zonas agrícolas e espécies autóctones, criou uma situação explosiva, com combustível feito de matos, acácias, mimosas, pinheiros e eucaliptos. Portugal, com mais de 800 mil hectares de eucaliptal, é o país com a maior área absoluta de eucalipto da Europa e uma das maiores do mundo.

A austeridade fragilizou a floresta. Nos últimos anos, acentuou-se a desresponsabilização do Estado face à floresta, com o encerramento dos Serviços Florestais, a quase extinção dos guardas florestais e a ausência de investimento público numa estratégia de gestão florestal. Foi adiada a revisão dos Planos Regionais de Ordenamento da Floresta (PROF) que continuam suspensos. Nada foi feito para ordenar a floresta ou

o território rural. Quem capitalizou a situação foi a indústria da pasta do papel, que recebeu das mãos da ex-ministra da agricultura Assunção Cristas o diploma que liberalizou a plantação de eucalipto no minifúndio, mais 80% da propriedade florestal do país. As consequências dessa ação de PSD e CDS estão à vista.

A única solução é a prevenção. É necessário o planeamento da floresta ao nível da paisagem, como serviço ecológico e ferramenta de adaptação às alterações climáticas, com gestão do combustível, fogo controlado no inverno, abertura de faixas de contenção, limpeza dos interfaces da floresta com as estradas, combate às espécies infestantes, promoção de usos múltiplos (pastorícia, produção de cogumelos, apicultura) e combate à monocultura do eucalipto.

A Reforma da Floresta apresentada pelo Governo não responde ao essencial, mantém o foco no combate, pretendendo apenas diminuir o tempo de resposta, e interpreta o problema da floresta como um problema de falta de produção. As suas propostas não controlam o eucalipto nem resolvem o problema do mosaico florestal. Por um lado, ao permitir permuta de terrenos para plantação do eucalipto, aumenta a pressão da fileira da celulose sobre o litoral sem reduzir a área total do eucalipto e, ao estender de 2 para 5 hectares a licença de plantação de eucaliptos sem controlo prévio (recuperando uma proposta inicial da Lei dos Eucaliptos de Assunção Cristas), promove a mancha contínua de eucalipto. Por outro lado, ao permitir incentivo a empresas para agregar gestão de terrenos sem obrigação de contiguidade territorial e ao dar acesso aos privados às poucas propriedades do Estado, menoriza a organização da floresta e promove a gestão financeirizada da floresta.

O Bloco foi o único partido a apresentar nesta legislatura projetos de lei sobre política florestal. Estes projetos resultam do debate público que se iniciou em Outubro de 2016 e estão a ser debatidos no Parlamento, em comissão de especialidade e juntamente com as propostas de lei entregues pelo governo, desde Abril de 2017. As iniciativas legislativas apresentadas pelo Bloco de Esquerda aprendem com os erros do passado e promovem avanços essenciais:

- Revogação da lei que liberaliza a plantação do eucalipto e novo regime de rearborização para travar o eucalipto, combater as manchas contínuas de eucalipto e pinheiro e promover as espécies autóctones;
- Unidades de gestão florestal para organizar gestão e produção e permitir às populações retirar rendimento da floresta sem sujeição à monocultura do eucalipto;
- Banco Público de Terras Agrícolas para minimizar o abandono e aumentar a intervenção pública.

O diálogo iniciado no rescaldo da tragédia de Pedrógão Grande pode permitir algumas conquistas fundamentais e o parlamento pode dar passos importantes para a reforma florestal nesta sessão legislativa. A prioridade é revogar a lei que liberalizou a plantação do eucalipto, diversificar a floresta e combater o abandono e as manchas contínuas de eucalipto e pinheiro. Para o fazer, é necessário promover a gestão associativa e coletiva da floresta e aumentar intervenção e propriedade públicas. A par da reforma legislativa, o cadastro florestal, vital para a eficácia das políticas públicas, deve estar terminado até ao final de 2018.

Este processo deve ser amplamente divulgado e debatido. Ainda antes de terminar o debate no parlamento, **o Bloco de Esquerda ouviu especialistas no Fórum da Floresta, dia 8 de Julho, em Leiria.**

É necessário um novo modelo de proteção civil e a ligação entre sistemas de prevenção florestal e de combate ao incêndio. A resposta aos incêndios da tragédia de Pedrógão Grande mostraram falhas graves nas comunicações e na coordenação. No imediato, exige-se o total apuramento das responsabilidades e o resgate para a esfera pública do SIRESP, o sistema de comunicações montado em PPP, com custos 5 vezes superiores aos reais, e que tem apresentado falhas sucessivas. O relatório elaborado em 2014 pelo Grupo de Trabalho do Parlamento para a Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, e que foi aprovado por unanimidade, tem uma série de recomendações sobre sistema de defesa da floresta e proteção civil que nunca foram implementadas. É necessário recuperar este trabalho e efetivá-lo.

Os planos de defesa da floresta contra incêndios devem ter carácter imperativo e o Estado tem a obrigação de intervir:

- Se os proprietários não realizarem a limpeza das interfaces entre floresta e habitações/estradas/indústrias, o Estado deve substituí-los, tomando a propriedade e gerindo-a;
- O Estado deve ainda assumir a gestão dos terrenos dos quais não se encontra o proprietário, integrando-os no Banco Público de Terras;
- Os proprietários não incluídos em áreas de gestão coletiva que forem afetados pelas ações de defesa da floresta contra incêndios devem ser ressarcidos (em virtude da passagem de aceiros ou plantação de faixas com espécies endógenas e árvores bombeiras). Essas indemnizações devem ser financiadas pelos impostos cobrados após conclusão do cadastro. Todos os proprietários contribuem, assim, para a defesa da floresta.
- Serviços Florestais e equipas de Guardas e Sapadores Florestais, para a detecção precoce dos incêndios e para a gestão do combustível durante o inverno. Os Serviços Florestais dão apoio técnico aos municípios nos Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios.

A reforma florestal terá efeitos nas próximas décadas, mas é possível prevenir já os próximos verões. **O Bloco propõe um programa de intervenção urgente na floresta, com dotação específica no próximo orçamento do Estado:**

- Reativação dos serviços florestais e do corpo de guardas florestais.
- Duplicação das equipas de sapadores florestais;
- Gestão do combustível e abertura de uma rede primária de defesa dos pontos mais críticos da floresta até Maio de 2018.

O Bloco de Esquerda não esquece a responsabilidade de responder às populações vítimas da tragédia de Pedrógão Grande. No Parlamento Europeu, em colaboração com o PCP, foi já pedida o reforço e agilização do fundo de solidariedade europeu. A segurança social portuguesa deve garantir também os apoios sociais necessários a quem perdeu casa, emprego, meios de subsistência. O governo deve ainda acionar o programa para a reposição da capacidade produtiva, no âmbito da PAC e do Portugal 2020, para recuperar a economia e o emprego nas zonas afetadas pelos incêndios. As vítimas e famílias das vítimas da EN 236 devem ser indemnizadas pelo Estado.